DF CARF MF Fl. 179





Processo nº 19740.000427/2008-38

Recurso Voluntário

Acórdão nº 2402-008.301 - 2ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária

Sessão de 3 de junho de 2020

Recorrente CIA FLUMINENSE DE HABITAÇÃO

Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/09/2008 a 30/09/2008

RECURSO VOLUNTÁRIO. INTEMPESTIVIDADE.

É intempestivo o recurso voluntário interposto após o decurso de trinta dias da ciência da decisão de primeira instância.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por intempestividade.

(documento assinado digitalmente)

Denny Medeiros da Silveira - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Ana Claudia Borges de Oliveira - Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Ana Claudia Borges de Oliveira (Relatora), Denny Medeiros da Silveira (Presidente), Francisco Ibiapino Luz, Gregório Rechmann Junior, Luís Henrique Dias Lima, Márcio Augusto Sekeff Sallem, Rafael Mazzer de Oliveira Ramos e Renata Toratti Cassini.

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário em face do Acórdão nº 12-22.703 (fls. 135 a 139), que julgou improcedente a impugnação e manteve o crédito constituído por meio do Auto de Infração DEBCAD nº 37.179.390-4 (fls. 2 a 10), emitido em 11/09/2008, no valor total de R\$ 1.254,89, por ter a empresa deixado de preparar folhas de pagamento das remunerações pagas ou creditadas a todos os segurados a ser serviço, de acordo com os padrões e normas estabelecidos pela seguridade social.

De acordo com o Relatório Fiscal da Infração (fl. 9):

2. A folha de pagamento de empregados da empresa não traz os valores pagos nas férias (férias e 1/3 constitucional) de janeiro a junho de 2004. Em anexo (fls. 39) cópia das folhas de pagamento de empregados de janeiro a junho de 2004 e recibos de férias.

3. Em relação à folha de pagamento dos contribuintes individuais - autônomos, não há a indicação do serviço prestado de janeiro a dezembro de 2004. Em anexo (fIs. 73) cópia das folhas de pagamento de autônomos.

A DRJ julgou a impugnação improcedente, nos termos da ementa abaixo:

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Data do fato gerador: 11/09/2008

AI n.° 37.125.052-8 (CFL-30)

DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. ELABORAÇÃO DE FOLHAS DE PAGAMENTO EM DESACORDO COM OS PADRÕES E NORMAS ESTABELECIDOS NA LEGISLAÇÃO.

Constitui infração deixar a empresa de preparar folhas de pagamento das remunerações pagas ou creditadas a todos os segurados que lhe prestaram serviço, de acordo com os padrões e normas estabelecidos pelo órgão da Seguridade Social.

Lançamento Procedente

A contribuinte foi cientificada da decisão em 20/02/2009 (fl. 141) e apresentou Recurso em 17/04/2009 (fls. 145 a 147).

É o relatório.

Voto

Conselheira Ana Claudia Borges de Oliveira, Relatora.

A recorrente foi cientificada da decisão da DRJ no dia 20/02/2009, conforme AR de fl. 141 referente à Intimação n° 049/2009 (fl. 140).

PROCESSO Nº 19740.000.427/2008-38

CONTRIBUINTE: CIA FLUMINENSE DE HABITAÇÃO



Anexei, nesta data, o "AR" relativo a Intimação nº 049/2009, com recibo datado de 20/02/2009.

Tendo sido intimada no dia 20/02/2009 (uma sexta-feira), tem-se que o prazo de 30 (trinta) dias para interposição do recurso voluntário começou em 24/02/2009 (segunda-feira) e se encerrou no dia 25/03/2009 (quarta-feira).

Ocorre que, conforme se infere do carimbo aposto na peça recursal (fl. 145), temse que este foi apresentado no dia 17/04/2009.

companhia fluminense De empresa privada, com sede à Rua lar, Niterói, RJ, inscrita no CNPJ sob por seu advogado in fine firmado, ados, vem, TEMPESTIVAMENTE, à ermos da Lei nº 11.457, de 16 de sobre a Administração Tributária tivos legais, para apresentar as suas

16:03 12/04/09 020315 Deinfrkib/CH

Assinale-se que no ano de 2009 o *feriado* do Carnaval ocorreu de 23 a 25 de fevereiro e, considerada a exclusão dessas datas do cômputo, o recurso voluntário foi interposto decorridos mais de trinta dias.

O recurso voluntário em análise é, portanto, intempestivo por extrapolar o prazo legal de trinta dias contados da ciência da decisão de primeira instância (arts. 5° e 33 do Decreto n° 70.235/72).

Isso posto, voto por não conhecer do recurso voluntário.

Conclusão

Diante do exposto, voto por não conhecer do recurso voluntário, por intempestividade.

(documento assinado digitalmente)

Ana Claudia Borges de Oliveira